12

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PROVAS OBJETIVAS - TARDE
Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa

Concurso Público - IPEA-2023
EDITAL Nº 01/2023 - IPEA
de 29 de novembro de 2023.

Perfil I - Planejamento, Gestão e Logística
Especialidade: GESTÃO E LOGÍSTICA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.

b) Cartão-Resposta destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar**, **amassar** ou **manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão**, mesmo que uma das respostas esteja correta.**

Exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.

08 - Será eliminado deste Concurso Público o candidato que

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.

10 - O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e **assinar a Lista de Presença**.

11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (**www.cesgranrio.org.br**).

FUNDAÇÃO cesgranrio

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

Uma lei municipal autorizou a criação de uma sociedade de economia mista, cujo principal acionista é o próprio município, atribuindo a ela competência para exercer atividade administrativa típica de Estado em regime de monopólio. A Sociedade de Economia Mista instituída recebeu diversas atribuições, entre as quais a incumbência de aplicar multas.

Essa prerrogativa atribuída à entidade criada

(A) manifesta o poder de polícia que a pessoa jurídica de direito privado dotada das características específicas previstas na situação descrita está constitucionalmente autorizada a exercer.
(B) ultrapassa os limites constitucionais para o exercício do poder de polícia ao permitir que sejam praticadas ordens de polícia.
(C) pode ser exercida, uma vez que envolve atividades de apoio ao poder de polícia em favor do interesse público.
(D) está em conformidade com a ordem legal pois limita o exercício do poder de polícia pela sociedade de economia mista a atos relativos à fiscalização e ao consentimento.
(E) fere o ordenamento jurídico por implicar violação ao poder de império do Estado.

2

Um decreto presidencial determinou que os Ministérios da Educação e da Economia deveriam editar um ato conjunto definindo valores para fins de aplicação dos recursos do fundo de fomento à educação. Atendendo a esse comando, as duas pastas editaram uma portaria interministerial estabelecendo tais valores. Meses depois, o Ministério da Educação editou uma portaria que revogou a portaria assinada com o Ministério da Economia, em que definiu novos valores a serem aplicados no fundo.

Os efeitos do disposto na portaria editada pelo Ministério da Educação serão

(A) produzidos conforme previsto, pois o ato administrativo posterior revogou o anterior por ser com ele incompatível.
(B) produzidos apenas se a revogação da portaria anterior for declarada expressamente.
(C) produzidos de acordo com os termos no ato previstos por regular a matéria de que tratava a portaria anterior.
(D) inexistentes, pois a revogação da portaria interministerial exige um ato administrativo complexo.
(E) invalidados, pois a competência para a revogação do ato anterior é apenas do Ministério da Economia, por tratar de questão de natureza econômica.

3

Um banco governamental de fomento ao desenvolvimento econômico nacional celebrou com uma empresa privada do setor de alimentos diversos contratos de cessão de linhas de crédito. Após a divulgação na imprensa de um escândalo financeiro envolvendo essa empresa, o Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou à instituição financeira o acesso aos dados que envolvem as operações firmadas com a empresa. O banco impetrou mandado de segurança para que não fossem fornecidas as informações sobre as operações realizadas, pois estariam protegidas pelo direito ao sigilo bancário.

Tendo em vista o papel exercido pelo TCU no controle externo da Administração,

(A) a quebra de sigilo bancário e empresarial de terceiros pode ser decretada em caráter liminar exclusivamente pelo TCU, que tem por função o controle das contas públicas.
(B) a função de fiscalizar o correto emprego dos recursos públicos garante o acesso aos dados, considerando-se a índole técnica e política do órgão.
(C) a quebra do sigilo aos dados só pode ser feita por meio de autorização judicial, por tratar de garantia constitucional vinculada à intimidade.
(D) apenas os atos praticados pelas entidades públicas entre si podem ser objeto de controle de legitimidade, de economicidade e de eficiência.
(E) a condição de órgão independente que profere decisões dotadas de natureza jurídica de atos administrativos impede o controle jurisdicional das decisões adotadas pelo TCU.

4

Em determinado certame para formação de quadro da Polícia Militar, foi publicado Edital de nº 001/xxxx com 15 vagas. Realizado o concurso, foram chamados os 15 primeiros colocados. O concurso tinha prazo de validade de 2 anos. Após um ano, verificou-se a existência de mais 20 vagas. Foi então alterado o subitem 1.2 do Edital nº 001/xxxx, ampliando-se o número de vagas para 35.

A decisão da Autoridade Pública que alterou o número de vagas em Edital já publicado é

(A) nula de pleno direito, em homenagem ao princípio da segurança jurídica.
(B) lícita, atendida a ordem de classificação e observadas as necessidades da Administração.
(C) inconstitucional, por ferir o princípio da legalidade estrita, com relação ao Edital já publicado.
(D) ilícita, uma vez que, em tema de concursos, a Administração Pública não possui poder discricionário.
(E) lícita, já que todos os elementos do Edital podem ser alterados, mesmo após a publicação do Edital, mediante uma ação retificadora.

5

A Constituição de um determinado estado da federação foi emendada para acrescentar artigo dispondo que "é vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas".

Além de reproduzir o entendimento sumulado com efeito vinculante, a carta estadual estabeleceu, no mesmo dispositivo, parágrafo único que determinou a proibição do servidor público de servir "sob a direção imediata de cônjuge ou parente até segundo grau civil".

Diante desses preceitos, a prática do nepotismo na esfera estadual,

(A) é combatida com a aplicação do entendimento sumulado nos casos de nomeação para qualquer cargo público de natureza política.
(B) é coibida a partir da edição de lei formal que reproduz o conteúdo da súmula vinculante número 13 do Supremo Tribunal Federal.
(C) não é caracterizada na hipótese de nomeação para cargo em comissão ou função gratificada de parente até o segundo grau das autoridades estaduais, de acordo com a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal.
(D) não pode alcançar os servidores admitidos mediante prévia aprovação em concurso público, ocupantes de cargo de provimento efetivo.
(E) deve ser proibida por previsão expressa nas constituições de cada unidade federativa.

6

Um servidor do Ipea, tendo em vista suas qualificações, foi indicado e nomeado para presidir autarquia federal, pretendendo inserir meios modernos de administração para gerar economia para os cofres públicos. Para cumprir seu projeto, postulou auxílio do Superintendente do órgão, funcionário autárquico com larga experiência, que sugeriu, de início, reformular a estrutura normativa, expurgando atos, por conveniência e oportunidade.

Nesse contexto, nos termos da doutrina administrativista consensualmente acolhida, o Presidente poderá realizará atos de

(A) caducidade
(B) retirada
(C) revogação
(D) exclusão
(E) recusa

7

Um administrador do Ipea apresentou projeto de pesquisa para aperfeiçoar a prestação do serviço público. No início do seu trabalho, foi confrontado com a existência de princípios aplicáveis à Administração Pública muitos com base constitucional. Ao aprofundar seus estudos, foi direcionado para a constatação de existência do procedimento de avaliação periódica de desempenho prevista no texto constitucional.

Esse procedimento busca realizar o princípio da

(A) comunicação
(B) publicidade
(C) moralidade
(D) veracidade
(E) eficiência

8

Um servidor do Ipea foi designado para gerenciar o Departamento de Recursos Humanos de órgão federal responsável pela logística de transporte de pessoas e mercadorias para suprir a necessidade da Administração Pública federal e auxiliar outros entes federados. Foi comunicado, no curso de sua gestão, da ocorrência de inúmeras ações com pleito indenizatório em decorrência de acidentes com veículos de titularidade do órgão.

Ao consultar o Departamento Jurídico sobre a probabilidade de sucesso nas ações propostas, recebeu a seguinte resposta, amparada na Constituição Federal:

(A) havendo culpa exclusiva da vítima, ocorre exclusão da responsabilidade estatal.
(B) incide a presunção de culpa da Administração Pública nesses casos.
(C) atua a condenação somente quando negligente o agente público.
(D) tendo presente contrato de seguro obrigatório, inexiste responsabilidade da Administração Pública.
(E) autorizado o ato por Chefe imediato, existe responsabilidade pessoal do mandante, excluída a Administração Pública.

RASCUNHO

Continua

9

O poder disciplinar consiste na possibilidade de a Administração Pública aplicar punições

(A) somente aos agentes públicos federais que cometam infrações funcionais.
(B) aos agentes públicos federais, estaduais e municipais que cometam infrações de toda e qualquer natureza.
(C) aos agentes públicos, por ser poder discricionário da Administração, que pode escolher, com alguma margem de liberdade, qual a punição mais apropriada a ser aplicada ao agente público.
(D) aos agentes públicos, por tratar-se de poder interno, não permanente e não discricionário.
(E) aos agentes públicos, por ser poder não discricionário da Administração, que não pode escolher a punição a ser aplicada ao agente público.

10

Um funcionário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada formulou à Procuradoria Federal uma consulta acerca da natureza jurídica do Instituto, a fim de examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoal, demais sistemas administrativos e operacionais.

Para essa consulta, a resposta adequada da Procuradoria será a seguinte:

(A) sociedade de economia mista, a quem compete promover e realizar pesquisas destinadas ao conhecimento dos processos econômicos, sociais e de gestão pública brasileira.
(B) empresa pública federal, cuja atribuição é analisar e diagnosticar os problemas estruturais e conjunturais da economia e da sociedade brasileira.
(C) autarquia federal, a quem compete disponibilizar sistemas de informação e disseminar conhecimentos atinentes às suas áreas de competência.
(D) fundação pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, a quem compete, entre outras atribuições, fomentar e incentivar a pesquisa socioeconômica aplicada e o estudo e a gestão das políticas públicas e de organizações públicas.
(E) órgão da Administração Pública Direta, cuja atribuição é realizar atividades de pesquisa, planejamento econômico e assessoria técnica ao Governo Federal nas áreas de sua competência.

RASCUNHO

11

A classificação das receitas e das despesas vem alterando-se ao longo do tempo, dada a necessidade de prover melhor informação para a gestão dos recursos. Há também marcos que afetam o comportamento de receitas e despesas ao longo do tempo, a exemplo da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo dados do Ipea (2015), no período pós-LRF, as receitas estaduais, principalmente de natureza tributária, foram influenciadas positivamente pelo crescimento da participação do setor de serviços. Uma das fontes de acompanhamento das receitas públicas é o Balanço Orçamentário, que apresenta dados sobre a previsão e a realização das receitas orçamentárias, considerando a sua categoria econômica.

A primeira categoria, que detalha as receitas de natureza corrente,

(A) comporta a maior parte de recursos advindos de transferências voluntárias recebidas pelos entes estaduais.
(B) constitui a base para apuração do parâmetro comum para acompanhamento dos limites fiscais.
(C) deve ter aplicação destinada às despesas de custeio, exceto juros e encargos da dívida.
(D) equipara-se com o conceito de receitas primárias, para fins de apuração do resultado primário.
(E) representa o limite da expansão das despesas de caráter continuado em cada exercício financeiro.

RASCUNHO

12

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi contratado para atuar no aperfeiçoamento dos programas e na avaliação de resultados que buscam superar a distância entre homens e mulheres nas políticas públicas. No escopo desse objetivo, uma das fontes de análise será o Plano Plurianual da União (PPA), que consiste no principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo.

Tendo como foco o potencial de efetividade dos programas propostos, um dos elementos relevantes de análise refere-se

(A) à pertinência dos objetivos a serem atingidos.
(B) ao alinhamento das diretrizes com o plano de governo.
(C) ao grau de atingimento das metas fiscais.
(D) ao nível de flexibilidade das metas.
(E) às fontes de financiamento dos programas.

13

Em novembro de 2023, o Presidente da República vetou um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que previa prorrogação de benefícios fiscais (as chamadas "desonerações") para empresas de vários setores econômicos. Na prática, o projeto de lei reduzia a contribuição patronal no pagamento da contribuição previdenciária, que custeia o pagamento de aposentadorias e benefícios da Previdência Social. O veto presidencial apontou como irregularidade a autorização para renúncia de receita sem indicar o impacto orçamentário e a devida fonte de compensação.

Para ser considerada regular, a concessão de benefícios que implique renúncia de receita deve atender as disposições anualmente previstas no(a)

(A) Orçamento Fiscal
(B) Anexo de Riscos Fiscais
(C) Decreto de Programação Financeira
(D) Orçamento Plurianual de Investimentos
(E) Lei de Diretrizes Orçamentárias

14

Um dos atributos para a qualidade do orçamento público é a previsibilidade. Porém, as dotações orçamentárias previamente definidas podem não ser suficientes para a execução das despesas, ou ainda podem surgir situações que não eram passíveis de previsão. Para esses casos, existe o instrumento dos créditos adicionais. Em princípio, o orçamento, após aprovado, só pode ser alterado mediante autorização do Poder Legislativo, mas há situações em que a abertura de créditos adicionais no orçamento vigente fica apenas na dependência de emissão de decreto pelo Poder Executivo.

É o caso de créditos

(A) adicionais cobertos por anulação de dotações
(B) adicionais decorrentes de destaque ou provisão
(C) especiais autorizados em situações de urgência
(D) especiais cobertos por excesso de arrecadação
(E) suplementares nos limites autorizados na LOA

15

No dia 23 de janeiro de 2023, um ente público divulgou a sua programação financeira e seu cronograma de execução mensal de desembolso, com metas bimestrais de arrecadação. Após o fechamento do sexto bimestre do exercício, foi avaliado que a realização da receita até aquele período poderia não comportar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais. Segundo as disposições legais, o ente promoveu limitação de empenho e movimentação financeira. No bimestre seguinte, as metas de arrecadação foram restabelecidas em um percentual de 30% de recomposição.

Diante disso, a legislação dispõe que

(A) a receita restabelecida deve compor a reserva de contingência.
(B) a entidade deve aguardar o final do exercício financeiro para destinar os recursos recompostos.
(C) as dotações cujos empenhos foram limitados podem ser recompostas de forma proporcional.
(D) os valores restabelecidos devem ser tratados como superávit financeiro.
(E) os valores restabelecidos podem cobrir a abertura de créditos adicionais.

16

Um servidor de um ente público recebeu um suprimento de fundos no valor de R$ 4.000,00, no início do mês de outubro de 20x3 para atender despesas que exigem pronto pagamento em viagens a serviço programadas até 15 de dezembro daquele exercício. Em janeiro do exercício seguinte, o servidor apresentou a prestação de contas, com devolução de R$ 1.000,00, que não foram aplicados.

À luz dessa situação hipotética e das disposições legais e normativas acerca de suprimento de fundos, a contabilização da devolução do valor não aplicado

(A) deve adotar a lógica de reconhecimento de uma receita orçamentária.
(B) deve ter efeito nulo da apuração das receitas não financeiras que compõem o resultado primário.
(C) pode ser feita considerando-se como estorno da dotação comprometida no crédito em que fora empenhado.
(D) tem a mesma natureza orçamentária, independentemente do exercício de concessão.
(E) teria formato diverso quanto à natureza da informação patrimonial, se o recurso fosse devolvido no exercício de concessão.

RASCUNHO

Continua

17

Nos processos de elaboração dos instrumentos orçamentários faz-se mister a identificação dos projetos plurianuais (de grande vulto) no PPA, e também uma série de normas que impõem restrições às chamadas programações genéricas, sem beneficiário definido (em especial no caso de transferências voluntárias). Ou seja, é preciso discriminar o local onde as ações serão promovidas, notadamente os investimentos públicos.

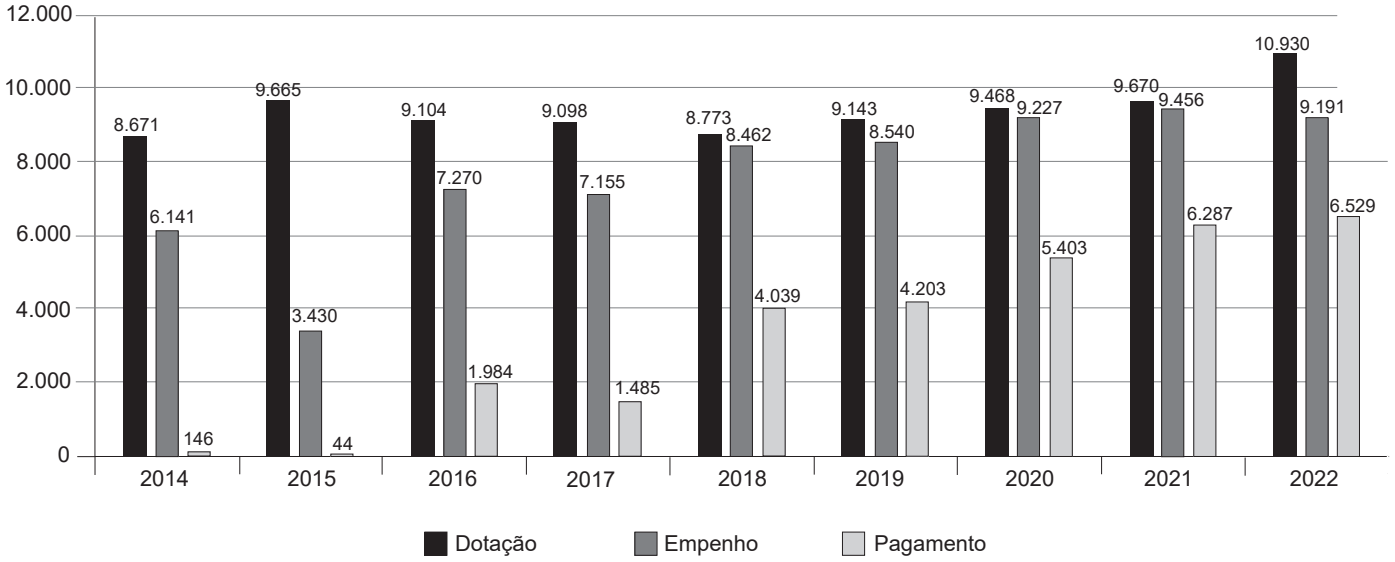
Essa orientação para o processo de elaboração dos instrumentos orçamentários está relacionada ao princípio do(a)

(A) Orçamento bruto
(B) Realismo orçamentário
(C) Exclusividade
(D) Regionalização
(E) Universalidade

18

O gráfico a seguir apresenta informações sobre a autorização, o empenho e o pagamento de programações de despesas por meio de emendas parlamentares individuais ao orçamento federal nos períodos indicados:

RP 6: dotação e execução orçamentária e financeira (2014-2022)
(Em R$ 1 milhão)



BASSI, C. M. **Orçamento secreto**: discutindo as consequências do caráter impositivo às emendas parlamentares do relator-geral. Brasília, DF: Ipea, 2023. (Nota Técnica Diset. n. 105). p.6. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11729/1/NT_105_Diset_Orcameto_Secreto.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023. Adaptado.

A análise das informações do gráfico, à luz das disposições constitucionais sobre emendas parlamentares ao orçamento, permite afirmar o seguinte:

(A) o instrumento das emendas impositivas promoveu ampliação do poder dos parlamentares sob a ótica da execução dos recursos orçamentários.
(B) o crescimento de aplicação de recursos nas áreas de saúde e educação foi garantido pelas emendas parlamentares individuais.
(C) a despeito do seu caráter impositivo, a efetiva execução das despesas derivadas de emendas não sofreu alterações significativas.
(D) as despesas orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares ainda apresentam um grau de execução inferior às demais despesas.
(E) as emendas parlamentares individuais foram negativamente impactadas pelo caráter impositivo das emendas de bancada a partir de 2019.

19

Dados do Ipea indicam que, nos tributos sobre bens e serviços, proliferam benefícios fiscais, regimes especiais, isenções e reduções de bases de cálculo, que nem sempre logram o objetivo de adequação da carga tributária ao perfil socioeconômico do país. Por representarem efetiva renúncia de receita, tais benefícios estão sujeitos a regras de concessão, dados os seus impactos nas finanças públicas.

Nesse sentido, a concessão de um benefício fiscal, por meio da redução da alíquota de um tributo, por um período de três anos, para incentivar o desenvolvimento de um ramo da indústria, deve atender, entre outras, à seguinte condição:

(A) poder ser compensado com recursos de reserva de contingência.
(B) ser considerado nas diretrizes do plano plurianual em vigor.
(C) ter suas medidas de compensação definidas na LOA.
(D) reduzir o déficit nominal no exercício de concessão e nos dois seguintes.
(E) não ser concedido em exercício financeiro com déficit fiscal primário.

20

No plano de desenvolvimento institucional de uma entidade pública, um dos objetivos estratégicos aprovados referia-se à adoção de sistema de informação de custos que pudesse subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para cada exercício, de forma a aperfeiçoar a alocação dos recursos disponíveis.

À luz desse objetivo, na perspectiva do sistema de custeio, medidas que podem ser adotadas se referem aos custos

(A) direto ou indireto
(B) estimado ou padrão
(C) fixo ou variável
(D) histórico ou corrente
(E) real ou controlável

21

No final da primeira quinzena de agosto de 2023, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou a estimativa preliminar do resultado primário das contas do governo federal referente ao mês de julho do mesmo exercício. A previsão era de um déficit primário de R$ 35,4 bilhões. Enquanto as receitas primárias (R$ 159,7 bilhões) tiveram um decréscimo de 5,7% em termos reais em relação a julho de 2022, as despesas primárias (R$ 195 bilhões) cresceram 30,4% na mesma base de comparação.

Para apuração do resultado primário, em referência às disposições Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as receitas devem ser consideradas conforme

(A) atributos conceituais relativos à natureza dos saldos
(B) classificação da execução orçamentária, com ajustes
(C) natureza do atributo financeiro ou permanente
(D) regime de competência, pela ocorrência do fato gerador
(E) regras de consistência dos registros e saldos

22

Uma entidade pública assinou com uma empresa um contrato de prestação de serviço de limpeza e conservação com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, além de fornecimento dos materiais necessários à prestação do serviço. A vigência do contrato era de um ano. No quinto mês de vigência, a fiscalização notificou o setor de contratos da entidade de que a empresa terceirizada tinha descumprido o prazo contratual de pagamento dos salários e benefícios trabalhistas. Conforme previsão contratual, a entidade aplicou uma multa, retida em pagamento ao fornecedor.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dispõe que, no registro contábil desse fato,

(A) a despesa orçamentária deve ser reconhecida em valor líquido da multa aplicada.
(B) a multa deve ser tratada como variação patrimonial qualitativa.
(C) o empenho da despesa deve ser ajustado considerando-se o valor da multa.
(D) o pagamento da despesa do contrato fica condicionado à liquidação da multa.
(E) parte da despesa orçamentária é paga pelo crédito referente à própria multa.

23

O controle e o acompanhamento da gestão fiscal dos entes públicos é um desafio constante em um cenário de demandas crescentes e recursos limitados. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) tem se mostrado um instrumento que oferece uma série de subsídios para esse desafio.

No que tange ao acompanhamento da dívida consolidada líquida de um ente da Federação, com subsídios do RGF, quando o limite for ultrapassado e ficar caracterizada situação especial de baixo crescimento econômico, conforme legalmente definido,

(A) o ente deverá reduzir o excesso até o término dos seis quadrimestres subsequentes.
(B) o ente ficará impedido de abrir créditos adicionais ao orçamento vigente.
(C) o excesso deverá ser reduzido até o encerramento do exercício vigente.
(D) o limite de despesa com pessoal deve ser tratado com os mesmos parâmetros.
(E) pelo menos um terço do excesso deverá ser eliminado nos dois primeiros quadrimestres seguintes.

RASCUNHO

Continua

24

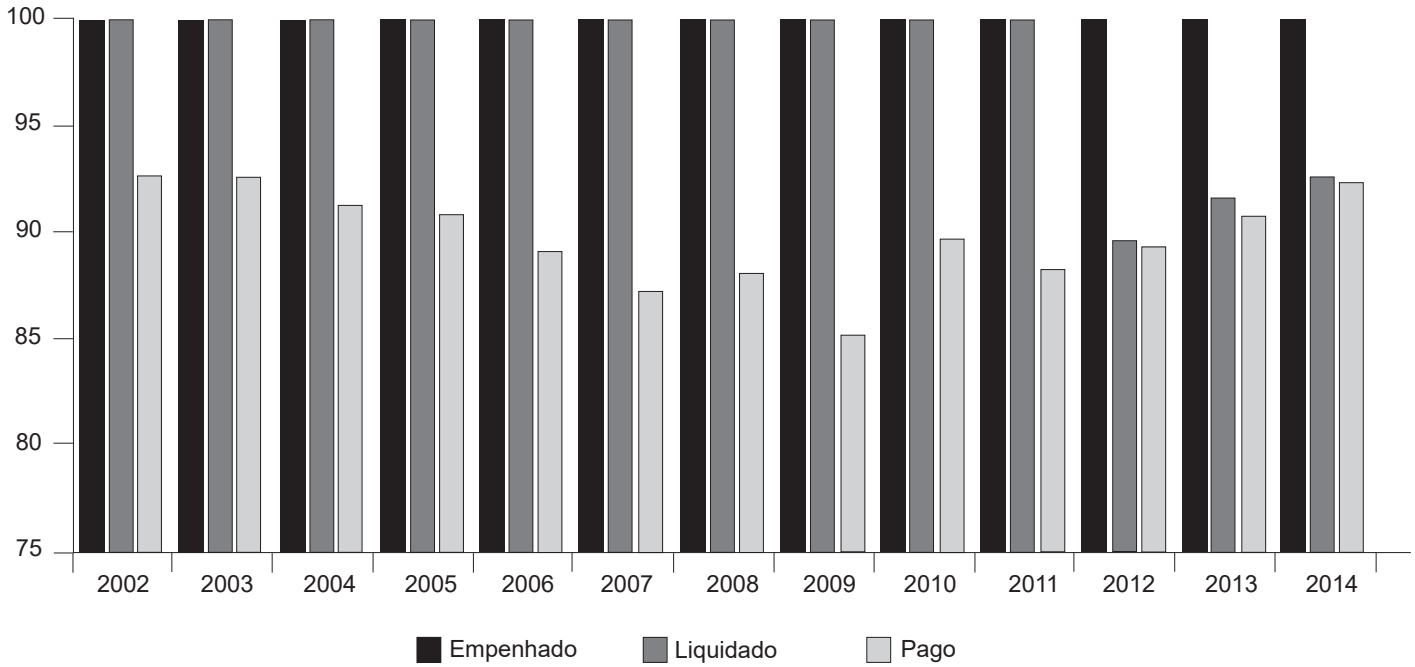
As operações e consultas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) têm parâmetros e protocolos padronizados para viabilizar o acesso aos diversos usuários do sistema. No formulário GEROP - Gerenciar Ordens de Pagamento do item “Contas a Pagar e a Receber” do SIAFI, é possível fazer uma consulta ao *status* de uma ordem de pagamento.

Nessa consulta,

(A) as ordens de pagamento canceladas não são passíveis de verificação.
(B) é possível selecionar apenas ordens de pagamento que já foram assinadas.
(C) é possível pesquisar as autorizações de ordem de pagamento pela matrícula ou CPF do ordenador.
(D) o *status* de uma ordem de pagamento se divide ou em paga ou em cancelada.
(E) o *status* de uma ordem de pagamento pode ficar desabilitado, a depender do valor informado no campo “operação selecionada”.

25

Considere o gráfico a seguir, que ilustra, em dados percentuais, a execução orçamentária do Ministério da Saúde em Ações e Serviços Públicos de Saúde no período de 2002-2014.



VIEIRA, F.S.; PIOLA, S.F. **Restos a pagar de despesas com ações e serviços públicos de saúde da união**: impactos para o financiamento federal do sistema único de saúde e para a elaboraçãoo das contas de saúde. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 25 (Texto para discussão, n. 2225.) Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6975/1/td_2225.pdf. Acesso em: 9 jan. 2024. Adaptado.

A análise das informações ilustradas no gráfico possibilita constatar o seguinte:

(A) a demanda efetiva de ações na área de saúde apresentou retração a partir de 2012.
(B) as despesas inscritas em restos a pagar não processados até 2011 possuem cobertura financeira integral.
(C) o cumprimento da etapa de liquidação da despesa não afeta a inscrição em restos a pagar.
(D) o planejamento orçamentário das ações na área de saúde teve acurácia perfeita até 2011.
(E) pode ter havido um processo de liquidação forçada até o exercício de 2011.

RASCUNHO

26

Na gestão de pessoas, é importante reconhecer os fatores internos que provocam a variabilidade da ação humana em organizações e que podem diferir em função de elementos fisiológicos, ambientais e psicológicos. Passa a ser relevante na gestão de pessoas compreender a forma como cada indivíduo observa e apreende o que ocorre ao seu redor e como isso impacta seu desempenho. Assim, o processo de observar e apreender a realidade depende de critérios e filtros que cada indivíduo utiliza para interpretar as ações, os acontecimentos e o contexto em que ocorrem.

Esse processo é variável e explicado pelo conceito de

(A) estereótipo
(B) dissonância
(C) confiança
(D) normatização
(E) percepção

27

Chegou aos ouvidos de um gestor de recursos humanos a informação de que estava circulando na empresa uma notícia infundada sobre demissões em massa. O gestor procurou informações sobre o que estava ocorrendo. Logo ele percebeu que a mensagem original sobre a demissão de um colaborador específico foi retirada do contexto, alterada e interpretada pelos colaboradores do setor como passível de ser expandida para todos, criando pânico entre as pessoas.

No caso, a comunicação organizacional enfrenta problemas advindos de

(A) sobrecarga de informações
(B) distorção de conteúdo
(C) barreiras físicas
(D) fonte emissora
(E) falhas mecânicas

28

Considerando um cenário prospectivo de crise mundial nos próximos 5 anos, uma empresa global está revisando sua estrutura organizacional de forma a ajustar a força de trabalho ao novo planejamento estratégico. A empresa pretende reduzir permanentemente as despesas salariais, diminuindo os níveis hierárquicos de tomada de decisão, agilizando a comunicação vertical, redistribuindo responsabilidades e baixando os custos de capacitação, já que não estão previstas novas contratações diretas ou indiretas.

No âmbito do planejamento, capacitação e gestão de recursos humanos, a decisão empresarial sustentou-se no conceito de

(A) terceirização
(B) rotatividade
(C) falhas de mercado
(D) enxugamento
(E) desgaste natural

29

No processo de avaliação de desempenho, um analista júnior percebeu que sua posição no *ranking* foi influenciada negativamente, podendo resultar em sua demissão. O analista entende que, por ser sempre ele a apontar os problemas de gestão, desagrada seu chefe apesar de realizar todas as atividades estabelecidas para o cargo, no prazo esperado. Esse analista considera que os critérios e métricas sejam adequados ao cargo e função, porém seu superior atua como único árbitro e, unilateralmente, atribui desempenho ruim a ele, prejudicando o sistema de avaliação de desempenho que deveria ser eficaz na essência.

A situação descrita envolve um problema do sistema de avaliação de desempenho em si, que está relacionado a

(A) consistência na produtividade
(B) contaminação de critérios
(C) qualificação profissional
(D) relevância estratégica
(E) rotatividade de pessoal

30

Segundo pesquisa recente, em uma determinada organização, o clima organizacional anda tenso e pouco amistoso. A equipe de gestão de pessoas, portanto, decidiu aumentar a atenção que é dada pelos superiores às necessidades e potencialidades dos funcionários, promovendo ações que aumentem o senso de pertencimento e comprometimento por meio de prática de recompensas simbólicas.

Para que a equipe de gestão de pessoas tenha sucesso, as recompensas simbólicas deverão ser obtidas por meio de

(A) ampliação da gestão de riscos no ambiente de trabalho
(B) atribuição de títulos e cargos que dão prestígio social
(C) melhoria nas condições de saúde do trabalhador
(D) reajuste da remuneração seguindo inflação
(E) resolução dos aspectos de ergonomia no escritório

31

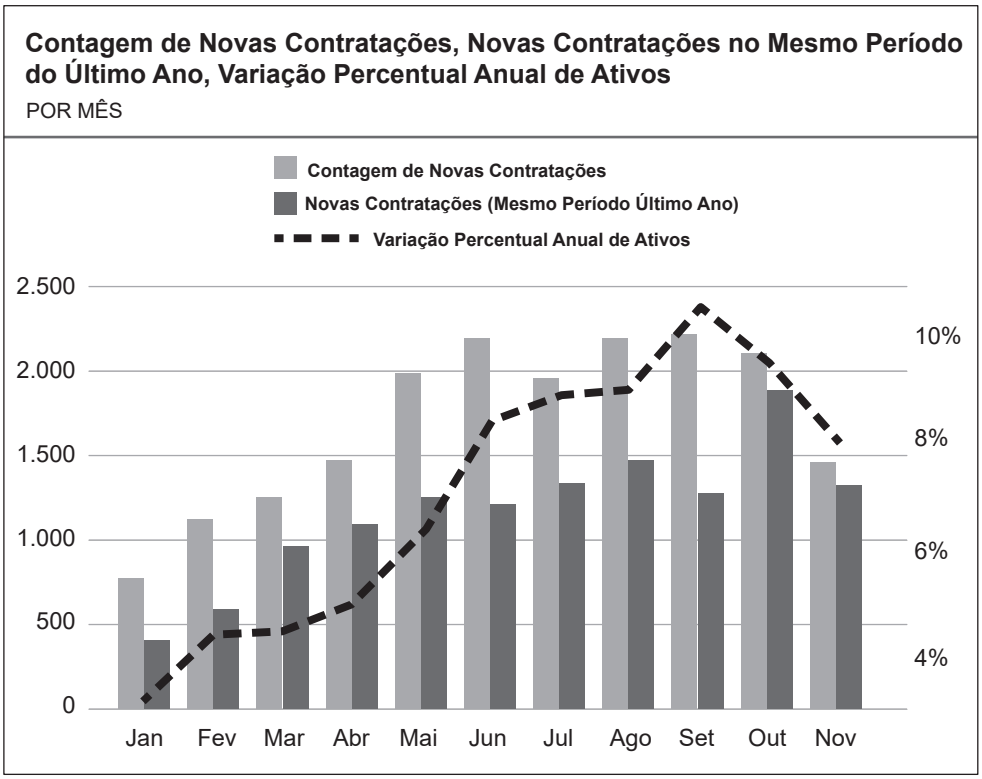
Uma organização está com uma vaga aberta para a posição de gerente de logística e está decidindo se realiza recrutamento interno ou externo. Em reunião, foram apontadas como prioridades no processo de recrutamento que este seja rápido e barato, evite a necessidade e o custo de formação inicial e integração à empresa, sirva como exemplo e fator motivador, minimize riscos de contratar uma pessoa com atitudes inadequadas frente ao trabalho ou desalinhada aos valores da empresa.

Considerando-se as prioridades elencadas, o método de recrutamento deve envolver

(A) anúncio em central de emprego
(B) contratação de *headhunting*
(C) divulgação em mídia especializada
(D) pesquisa no banco de talentos da empresa
(E) postagem em rede social voltada a profissionais

32

Com as mudanças nas leis trabalhistas, maior flexibilização nos contratos e jornadas de trabalho, foram sentidos impactos nos objetivos e nos indicadores do setor de gestão de pessoas. O gráfico abaixo contrasta mensalmente a quantidade de novas contratações no ano corrente (barras claras), a quantidade de novas contratações para o mesmo período no ano anterior (barras escuras) e o percentual de contratados ativos na comparação ano-a-ano (linha pontilhada).



New Hire Count, New Hires Same Period Last Year, Actives YoY % Change By Month. **MicrosoftDocs/powerbi-docs**. Disponível em: https://github.com/MicrosoftDocs/powerbi-docs/blob/live/powerbi-docs/create-reports/sample-human-resources.md. Acesso em: 9 jan. 2024. Adaptado.

Os indicadores do gráfico permitem verificar que o

(A) ano anterior apresenta redução na quantidade de contratações mês a mês, em função da mudança na legislação.
(B) maior percentual de retenção de pessoas ativas ocorre historicamente no primeiro trimestre.
(C) mês de abril apresenta, em ambos os anos, os maiores resultados em contratações.
(D) percentual de retenção de ativos ano-a-ano mostra-se em ascensão nos dois últimos meses.
(E) segundo e o terceiro quadrimestres do ano corrente apresentam maior quantidade total de contratações.

33

Uma secretaria de fazenda está mapeando suas competências essenciais, de forma a desenvolver profissionalização a partir de ações voltadas ao aprendizado coletivo na organização, à coordenação das diversas habilidades de produção-serviço e à integração das múltiplas correntes de tecnologias.

Considerando-se que as competências essenciais dependem de conhecimentos, habilidades e atitudes, o seguinte conhecimento é necessário à profissionalização:

(A) administrar os recursos públicos com probidade e ética.
(B) comunicar-se efetivamente com o grupo de trabalho e os contribuintes.
(C) perseguir a qualidade e a produtividade das ações do setor de arrecadação.
(D) saber motivar a equipe visando a extrair desempenho superior na arrecadação.
(E) ter maestria sobre técnicas e métodos quantitativos utilizados na interpretação do comportamento das despesas.

34

Uma organização criou um método de avaliação em que o desempenho dos funcionários deve ser encaixado em uma curva normal, em apenas uma faixa, conforme Tabela a seguir.

Faixa de Desempenho	Quantidade de funcionários alocados em cada faixa
E = Péssimo	10
D = Sofrível	20
C = Regular	40
B = Bom	20
A = Ótimo	10

O método de avaliação escolhido é denominado

(A) administração por objetivos
(B) autoavaliação
(C) escolha forçada
(D) incidentes críticos
(E) pesquisa de campo

35

Após realizar um processo seletivo, uma empresa do setor bancário descobriu que mais da metade dos candidatos ficou com uma imagem negativa após a candidatura sem sucesso, sendo que metade destes considera que o processo de uma empresa concorrente foi mais objetivo, sem vícios e focado no tipo de atividade a ser realizada.

O sucesso do processo de recrutamento objetivo e meritocrático da empresa concorrente encontra-se no fato de terem realizado

(A) teste vocacional visando a perfis alinhados à carreira.
(B) prova de conhecimentos em análise de investimentos.
(C) entrevista individual conduzida por um único entrevistador.
(D) dinâmica de grupo com atividades coletivas predeterminadas.
(E) avaliação psicométrica garantindo um certo tipo de personalidade.

36

Uma autarquia está enfrentando um problema de qualidade de vida no trabalho no qual os indivíduos apresentam crescente alienação, desinteresse, absenteísmo e *turnover*. Uma consultoria realizou o diagnóstico e concluiu que a solução adequada ao problema envolve buscar o enriquecimento das tarefas.

Tal problema de qualidade de vida no trabalho está relacionado à seguinte esfera do trabalho:

(A) econômica
(B) política
(C) psicológica
(D) sociológica
(E) tributária

37

Um programador foi recém-contratado e precisava passar por um treinamento. Por ser apenas uma pessoa, a equipe de recursos humanos decidiu, com base nas ações já planejadas pelo setor, encaixá-lo em um treinamento de desenvolvimento organizacional. Após o treinamento, ao chegar no setor, seu supervisor percebeu que lhe faltavam conhecimentos básicos sobre as políticas e as normas internas sobre questões de segurança e ética na organização.

Para corrigir a situação, em vez de um treinamento em desenvolvimento organizacional, o programador deveria ter sido alocado em um treinamento de

(A) crescimento gerencial
(B) desenvolvimento de equipe
(C) habilidades interpessoais
(D) integração e orientação
(E) planejamento e mudança

38

O teletrabalho é uma tendência no serviço público brasileiro e tem implicado adaptações na forma de lidar com as equipes e com a garantia do desempenho. Entende-se que as pessoas possuem distintos níveis de autonomia, disciplina e adaptabilidade, constituindo perfis comportamentais também distintos. Assim, passam a existir diferentes formas de adaptação, dentre as quais se destaca a prática de chefias oferecerem orientações de crescimento pessoal, atribuição individual de desafios pessoais e metas periódicas, reforço da dimensão atitudinal e geração de confiança e iniciativa.

Essa prática é conhecida como

(A) autodesenvolvimento
(B) colaboração em equipe
(C) composição de equipe
(D) controle da carga horária
(E) distribuição do trabalho

39

Um gestor tem percebido a baixa motivação de seus colaboradores e decidiu desenvolver uma política para gerar maior engajamento e desempenho nas tarefas. Para tal, colocou foco em melhorar as condições de conforto no ambiente de trabalho, ampliar os benefícios ao trabalhador e a duração do contrato de trabalho para, no mínimo, 24 meses.

Ao priorizar tais elementos em sua política, o gestor sustentou-a sobre

(A) fatores higiênicos
(B) fatores intrínsecos
(C) necessidades sociais
(D) necessidades de estima
(E) necessidades de autorrealização

40

Há 5 anos e 2 meses, a viúva de um servidor público de alto escalão, aos 38 anos e casada há 7 anos, tornou-se pensionista em função do desaparecimento desse servidor, durante desempenho das atribuições do cargo. Até hoje, o servidor permanece desaparecido. Ele tinha 50 anos de idade e 20 de carreira, quando de seu desaparecimento.

O que acontecerá com essa pensão?

(A) Haverá acumulação de pensão.
(B) Haverá perda da qualidade de beneficiária.
(C) Passará por mutirão de perícia médica.
(D) Será automaticamente cancelada.
(E) Será transformada em vitalícia.

41

Um consultor foi contratado para analisar qual era o problema com a prestação de serviços de um hospital. Em busca de compreender a qualidade percebida pelo cliente, o consultor constatou que o pacote de serviços era bem desenvolvido e elaborado e que os serviços eram prestados da forma como eram projetados. Além disso, os procedimentos eram realizados seguindo os métodos mais adequados e que trariam melhores resultados. Contudo, os pacientes se queixavam de que se sentiam tratados de forma pouco empática pela equipe, o que dificultava a percepção da qualidade durante o processo de atendimento.

Dessa forma, o consultor apontou que o problema com a prestação de serviços desse hospital está no componente da fonte da qualidade, denominado qualidade

(A) real
(B) tática
(C) relacional
(D) de *design*
(E) de produção

42

Ao realizar a análise de cenário para uma empresa de mineração, o gestor levantou dados a respeito da imagem da empresa na mídia. Segundo seu levantamento, de cada dez matérias jornalísticas que mencionavam a empresa, nove lhe eram desfavoráveis, e isso prejudicava não apenas a imagem da empresa, mas também dificultava a captação de recursos de investidores.

Ao montar a análise SWOT, o gestor classificará a cobertura negativa da imprensa a respeito das atividades da empresa como

(A) força
(B) ameaça
(C) fraqueza
(D) ponto fraco
(E) oportunidade

43

Ao entrar na sede de uma determinada empresa, qualquer funcionário ou visitante pode ler em um quadro colocado em posição de destaque: “Nesta empresa, todos se empenham para liderar a criação, o desenvolvimento e a produção de tecnologias de saúde mais avançadas no setor em todo o mundo”.

O processo de administração estratégica começa quando uma organização define seu propósito de longo prazo.

Esse propósito é expresso, como visto no caso da empresa mencionada, na forma de uma

(A) escolha estratégica
(B) vantagem competitiva
(C) preparação de ofertas
(D) declaração de missão
(E) distribuição equilibrada

44

Durante 20 anos, uma empresa realizou exclusivamente as atividades de perfuração para extração de óleo bruto e bombeamento do óleo bruto. Recentemente, os diretores dessa empresa observaram que os custos de transporte do óleo bruto subiram muito e decidiram que a empresa passaria a transportar o óleo bruto até as refinarias.

Esse movimento de estratégia corporativa deixa tal empresa mais próxima de interagir diretamente com os consumidores de combustível e é classificado como

(A) integração vertical para trás
(B) integração vertical para frente
(C) integração horizontal para frente
(D) desintegração vertical para trás
(E) neutralização de integração vertical

45

O modelo BSC estabelece uma forma de gestão dos objetivos institucionais em sinergia com as áreas que envolvem as organizações.

Para tanto, são adotadas quatro perspectivas interligadas que contemplam o sucesso esperado no futuro, a saber:

(A) perspectiva privada, perspectiva pública, perspectiva governamental e perspectiva das agências reguladoras do setor
(B) perspectiva das relações humanas, perspectiva comportamental, perspectiva motivacional e perspectiva incremental
(C) perspectiva do planejamento, perspectiva estratégica, perspectiva tática, perspectiva operacional
(D) perspectiva do lucro, perspectiva dos recursos, perspectiva das ofertas e perspectivas da competição no mercado-alvo
(E) perspectiva do cliente, perspectiva financeira, perspectiva dos processos internos e perspectiva do aprendizado e do crescimento

46

A visão baseada em recursos (VBR) é um modelo de desempenho com foco em recursos e capacidades controlados por uma empresa como fontes de vantagem competitiva. Os recursos de uma empresa podem ser classificados em quatro categorias: recursos financeiros, recursos físicos, recursos humanos e recursos organizacionais.

São exemplos de recursos organizacionais:

(A) todos os recursos em dinheiro, de qualquer forma, que a empresa utiliza para criar e implementar estratégias.
(B) plantas, equipamentos, localização geográfica e acesso a matérias primas.
(C) treinamento, experiência, discernimento, relacionamentos e visão individual dos gerentes e funcionários da empresa.
(D) estrutura formal de reporte da empresa, seus sistemas formais e informais de planejamento, controle e coordenação, sua cultura e reputação.
(E) veículos, insumos, trajetos, anúncios, propagandas e documentos e autorizações de operação.

47

Os indicadores podem ser separados de acordo com a aplicação nas diferentes fases do ciclo de gestão de uma política pública.

Indicadores como médicos por mil habitantes ou gasto *per capita* com educação são usados na gestão do fluxo de implementação de políticas públicas, sendo classificados como indicadores de

(A) insumo
(B) produto
(C) impacto
(D) processo
(E) resultado

48

Determinada empresa tem como um dos objetivos qualificar seus colaboradores para a realização de atividades de atendimento aos clientes por meio de videoconferência. Como não havia informações a respeito da quantidade de colaboradores treinados ao longo do ano ou da quantidade de treinamentos aplicados, o consultor contratado para analisar os indicadores de gestão utilizou os resultados de receita da empresa para medir a qualificação dos colaboradores para a tarefa.

Nesse caso, o indicador utilizado não representa de forma real o que se pretende medir, o que significa que não atende à propriedade essencial dos indicadores denominada

(A) validade
(B) estabilidade
(C) sensibilidade
(D) materialidade
(E) confiabilidade

49

As organizações têm dificuldades para identificar adequadamente e responder às incertezas ambientais e, por consequência, podem ser surpreendidas por mudanças internas ou externas.

Considerando-se os benefícios que o gerenciamento de processos de negócio (*business process management)* pode proporcionar sistemicamente a toda organização, a seguinte ação pode ajudar na situação apresentada:

(A) escolha de ferramentas de *business process management*.
(B) comunicação sobre papéis e responsabilidades dos atores dos processos de negócio.
(C) realização de análise de tendências de registros de incidentes de tecnologia da informação em processos que envolvem diretamente os clientes.
(D) facilitação de *benchmarking* interno para avaliar melhores práticas de operações.
(E) identificação, gerenciamento e medição dos processos de negócio da cadeia de valor da organização.

50

Um Escritório de Gerenciamento de Projeto (EGP) pode ter um nível de controle baixo, médio ou alto. Esse nível é relativo ao grau de influência do EGP sobre os projetos da organização.

Nesse sentido, um EGP com nível de controle baixo tem função de

(A) fornecer suporte aos projetos e exigir a conformidade por vários meios, como a adoção de estruturas ou metodologias de gerenciamento de projetos.
(B) designar gerentes de projetos aos novos projetos da organização.
(C) atuar como um repositório de projetos, fornecendo acesso a lições aprendidas de outros projetos.
(D) fazer a gestão direta de gerentes de projetos, que são subordinados ao EGP.
(E) capacitar no uso de ferramentas, além de prover formulários e modelos específicos usados na gestão dos projetos.

51

Planejar as respostas aos riscos de um projeto é o processo de desenvolver alternativas, selecionar estratégias e acordar ações para lidar com a exposição geral aos riscos.

Dentre as diversas alternativas de estratégias para ameaças, a seguinte ação está associada à atividade de “comprar um seguro”:

(A) escalar.
(B) prevenir.
(C) transferir.
(D) mitigar.
(E) aceitar.

52

O ciclo de vida de um projeto é a série de fases pelas quais um projeto passa, do início à conclusão. A fase de um projeto é um conjunto de atividades relacionadas de maneira lógica que culmina na conclusão de uma ou mais entregas. A respeito da estrutura genérica do ciclo de vida de um projeto, considere as afirmações abaixo.

I – Os níveis de custo e de mobilização de recursos são baixos na fase inicial, aumentam à medida que o trabalho é executado e caem rapidamente conforme o projeto é finalizado.

II – A capacidade das partes interessadas em influenciar as características finais do produto do projeto, sem afetar significativamente os custos e o cronograma, é mais alta no início do projeto e diminui à medida que o projeto progride para o seu término.

III – O risco é menor na fase inicial do projeto e vai crescendo ao longo do ciclo de vida do projeto, à medida que as decisões são tomadas e as entregas são aceitas.

IV – O custo das mudanças e das correções de erros, geralmente, aumenta significativamente à medida que o projeto se aproxima do término.

São corretas **APENAS** as afirmações

(A) I e II
(B) II e III
(C) III e IV
(D) I, II e IV
(E) I, III e IV

53

Considere que um projeto pode ter 60% de chance de gerar um lucro de 500 mil reais e 40% de chance de gerar um prejuízo de 500 mil reais.

Qual é o Valor Monetário Esperado (VME) do projeto?

(A) Prejuízo de 100 mil reais
(B) Prejuízo de 200 mil reais
(C) Lucro de 300 mil reais
(D) Lucro de 100 mil reais
(E) Nem lucro e nem prejuízo

54

A melhoria contínua dos processos de negócio é uma boa prática da gestão. Para tal, a adoção do ciclo do PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é uma técnica que pode ser usada. Esse ciclo é uma abordagem iterativa e sistemática para o aprimoramento contínuo de processos.

A seguinte ação diz respeito à fase **fazer** (*Do*) do ciclo:

(A) criar novos papéis e reponsabilidade ou modificação dos já existentes no processo.
(B) assegurar o alinhamento de processos de negócio com os objetivos estratégicos da organização.
(C) medir o desempenho real do processo em comparação ao desempenho esperado.
(D) manter a integridade de processo.
(E) assegurar que o processo possa ser melhorado continuamente para atender novas metas de desempenho.

55

O Mapeamento de Processo é uma técnica utilizada na gestão de processos com o objetivo de identificar gargalos, reduzir custos, garantir conformidade com regulamentações e promover a padronização de procedimentos.

Nesse sentido, o Mapeamento de Processos consiste em

(A) buscar prever o resultado gerado por alterações nos parâmetros ou nas atividades em um processo.
(B) criar registros com diversos níveis de detalhamento que forneçam uma visão abrangente dos principais componentes do processo, incluindo atores, eventos e resultados.
(C) melhorar fluxos de trabalho de processos por meio de racionalização, revisão ou reestruturação das atividades.
(D) comparar o estado atual dos processos com práticas definidas em modelos de maturidade em processos disponíveis na comunidade.
(E) capturar medidas de desempenho de processos, criar métricas e indicadores, e interpretar resultados.

56

Uma repentina tempestade, com fortes ventos, destruiu o equipamento e os andaimes utilizados por empresa de engenharia contratada pelo Ipea para a reforma de sua sede.

Diante da absoluta impossibilidade da execução do contrato no prazo e na forma pactuados,

(A) o contrato pode ser alterado unilateralmente pelo Ipea.
(B) uma prévia consulta ao Tribunal de Contas da União se faz necessária, para que o Ipea possa realizar a alteração contratual.
(C) o contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
(D) a alteração contratual deverá ser precedida de necessária autorização legislativa.
(E) o contrato não poderá ser alterado.

RASCUNHO

57

Deseja o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada realizar a contratação (diretamente ou por meio de empresário exclusivo) de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, para divulgar o resultado de relevantes pesquisas realizadas, com impacto nacional.

No caso em tela, deve-se proceder, nos termos da Lei nº 14.133/2021, à contratação da seguinte forma:

(A) obtenção de autorização legislativa para a contratação
(B) dispensa de licitação
(C) impossibilidade de contratação
(D) inexigibilidade de licitação
(E) realização de prévia consulta ao Tribunal de Contas da União

58

A Lei nº 14.133/2021, nova lei de licitações e contratos da Administração Pública, destinada a substituir a Lei nº 8.666/1993, inova com relação à fiscalização dos contratos administrativos. A partir da aplicação de novos princípios, deixa mais claras as responsabilidades do fiscal de contratos e confirma a centralidade de sua ação para a boa execução contratual. Em seu conjunto, promove uma mudança do foco para a governança e a obtenção de resultados nos contratos administrativos.

Na esfera dessa inovação, o princípio que está expresso apenas na Lei nº 14.133/2021 (ausente na Lei nº 8.666/93), com relação à eficiência contratual perseguida pela Administração Pública, é o seguinte:

(A) segurança jurídica
(B) vinculação ao edital
(C) probidade administrativa
(D) julgamento objetivo
(E) desenvolvimento sustentável

59

Existem serviços prestados que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de uma atividade pública ou o cumprimento da missão institucional.

Considerando-se o conteúdo da Lei nº 14.133/2021, as atividades descritas acima são caracterizadas como serviços

(A) técnicos
(B) descontínuos
(C) comuns
(D) contínuos
(E) por escopo

60

A concorrência é modalidade de licitação, prevista na Lei nº 14.133/2021, para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser o(a)

(A) melhor lance
(B) melhor padrão de qualidade
(C) maior retorno econômico
(D) maior avaliação
(E) melhor oferta

61

A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Além das exigências relativas à capacidade técnica e econômica, regularidade fiscal e trabalhista, observa-se, na Lei nº 14.133/2021, que as mudanças sociais fizeram com que fosse exigido o preenchimento de requisitos ligados a questões sociais.

Dessa forma, essa lei preconiza que seja observada a seguinte exigência:

(A) a paritária reserva de cargos para homens e mulheres a ser efetivada pelos candidatos ao processo licitatório.
(B) a promoção, pelos licitantes, do desenvolvimento sustentável, com respeito às normas ambientais nacionais e internacionais.
(C) a priorização, pelos licitantes, no processo de compras e prestação de serviços, dos pequenos e microempresários.
(D) o cumprimento de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, conforme a lei.
(E) o enquadramento jurídico-constitucional, pelos concorrentes, de pessoas de orientação homossexual.

62

A Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, devendo ser obrigatoriamente utilizada, para contratos e licitações pelos(as)

(A) órgãos do Poder Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios no exercício da função típica desse poder.
(B) fundos especiais vinculados às empresas públicas que explorem atividades de prestação de serviço.
(C) fundos especiais direta ou indiretamente controlados pela Administração Pública.
(D) sociedades de economia mista da União, dos Estados e dos Municípios.
(E) secretarias dos governos estaduais e pelos órgãos do Poder Legislativo Municipal, em qualquer situação em que ambos venham a contratar.

63

Determinado Município, que havia editado decreto no qual ficara expresso que não seria adotada a Lei nº14.133/2021 até o término do prazo nela mencionado para a revogação da Lei nº 8.666/1993, realizou chamamento público para seleção de entidade qualificada como organização social para assumir gestão dos serviços de atenção básica e centro de especialidades médicas, odontológicas e fisioterápicas. O edital nada menciona acerca da opção em não adotar a Lei nº 14.133/2021 no referido certame.

No caso descrito, é

(A) indispensável a referência à não adoção da Lei nº 14.133/2021, em função do princípio da vantajosidade.
(B) indispensável a referência à não adoção da Lei nº 14.133/2021, conforme o próprio texto legal.
(C) possível a não indicação de exclusão dos critérios da Lei nº 14.133/2021 para licitar, desde que obedecidos seus princípios.
(D) desejável, pelo princípio da assertividade, a negativa ao *bis in idem* quanto à não aplicação da Lei nº 14.133/2021 ao certame.
(E) dispensável a referência à não adoção da Lei nº 14.133/2021, em decorrência da existência do decreto a respeito dessa opção municipal.

64

Considere-se a existência de uma lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de concessão de uso de bens móveis e Imóveis (galpão de reciclagem), bem como firmar contrato de prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos, com determinada Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis existente no Município. Afirma o Legislativo Municipal que a lei guarda constitucionalidade e plena legalidade, face à competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre meio ambiente e combate à pobreza, regulamentando serviços. Além disso, afirma ser possível a dispensa de licitação, para a mencionada contratação, concluindo que é possível dispor sobre regras específicas no que tange à contratação, desde que atendam às particularidades do ente municipal.

Com relação a sua pertinência, a lei em comento é

(A) compatível com o texto constitucional, favorecendo o princípio da economicidade.
(B) incompatível com o texto da Lei nº 14.133/2021, por não realizar o processo licitatório, mandamental com relação à coleta de lixo.
(C) compatível com a Lei nº 14.133/2021, desde que haja dotação orçamentária própria para a concretização contratual.
(D) compatível com a Constituição Federal, já que tão somente fixa parâmetros para a concretização de determinada contratação.
(E) inconstitucional, por ferir o princípio da impessoalidade, além de não promover a necessária licitação para a concessão de bens móveis e imóveis, notadamente do galpão de reciclagem.

65

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, **NÃO** é um objetivo do processo licitatório

(A) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a administração pública, observando-se a equação de custo-benefício.
(B) ampliar as possibilidades quantitativas e qualitativas das propostas, tanto sob o aspecto horizontal quanto sob o aspecto vertical, priorizando-se a procedência nacional dos licitantes.
(C) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
(D) garantir a necessária competitividade, ainda mesmo na fase pré-contratual do processo licitatório.
(E) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, em especial quanto à execução do contrato, considerando seus efeitos econômicos, sociais e ambientais.

66

Um servidor do Ipea, sociólogo de formação, apresentou um projeto para incrementar a atuação social efetiva dos movimentos populares, incentivando a sua organização e o planejamento das suas atividades e colaboração com órgãos do Poder Público.
Nos termos da Lei nº 13.019/2014, o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria é denominado Procedimento de

(A) Manifestação de Interesse Social
(B) Inclusão de Entidades Filantrópicas
(C) Admissão de Organismos Não Governamentais
(D) Publicização do Terceiro Setor
(E) Acolhimento de Entes Hipossuficientes

67

Um engenheiro trabalha no Ipea, coordenando um grupo de pesquisa sobre desenvolvimento nacional, buscando mapear as necessidades de obras essenciais nas várias regiões do país. A pesquisa verificou que a necessidade de manter ambiente ecologicamente equilibrado constitui ponto negocial relevante.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas

(A) no corpo do edital.
(B) no curso do cumprimento do edital.
(C) em prazo a ser fixado no edital.
(D) ao final do julgamento das propostas previsto no edital.
(E) antes da divulgação do edital.

68

Um economista busca mecanismos para estender o critério de obediência aos parâmetros ambientais aceitos pela comunidade mundial e utilizados pelas empresas contemporâneas, constituindo padrão de referência nas negociações internacionais.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados sob sua égide deverão, nos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, ter

(A) preferência equivalente à do idoso
(B) importância relevante
(C) autonomia na cronologia
(D) prioridade na tramitação
(E) autorização temporária

69

Um economista presta serviços para o Ipea, atuando como suporte para diversas atividades do órgão, tendo em vista sua experiência com a execução de orçamentos públicos. Ele sugere ao líder do grupo que deve haver maior cuidado com os contratos de repasse notadamente pela atuação das agências financeiras oficiais.

Nos termos da Portaria Interministerial nº 127/2008, tais agências atuam como

(A) executivos da União
(B) mandatárias da União
(C) fiscais da União
(D) pessoas da União
(E) delegatárias da União

70

Um servidor do Ipea presidiu uma licitação para aquisição de material, tendo acorrido ao ato vários competidores. Após o julgamento das propostas, a licitação veio a ser revogada.

A Lei nº 14.133/2021, no que concerne à revogação da licitação, exprime o seguinte entendimento:

(A) é ato impassível de impugnação.
(B) é dependente do material utilizado.
(C) está vinculada à qualidade dos licitantes.
(D) está relacionada à extinção do contrato.
(E) cabe recurso no prazo de três dias úteis.

RASCUNHO

RASCUNHO